



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 28/03/2025

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE 01 A 05 SE REFEREM AO EXCERTO A SEGUIR.**O que te faz procrastinar? (PARTE I)**

Identificar os gatilhos emocionais e comportamentais é um importante passo para sair da inércia

Alessandra Aragão|Comunicadora, trabalha com desenvolvimento humano, atuando em terapia sistêmica, mentoria positiva e coaching de vida e carreira|13/02/2025

Procrastinar é um fenômeno universal. Todos, em algum momento, adiam tarefas importantes, mesmo sabendo das consequências negativas. Mas por que fazemos isso? Mais do que uma simples falta de disciplina, a procrastinação está profundamente enraizada em fatores emocionais e comportamentais. Para superá-la, é essencial compreender esses gatilhos e desenvolver estratégias eficazes para sair da inércia.

A procrastinação não é apenas uma questão de preguiça ou de má gestão do tempo. Um estudo realizado pela Universidade de Carleton, no Canadá, revelou que a procrastinação está relacionada à dificuldade em lidar com emoções negativas. Os pesquisadores descobriram que as pessoas que procrastinam tendem a evitar tarefas que despertam sentimentos de ansiedade, medo ou frustração. Ou seja, procrastinar é, muitas vezes, uma forma de fuga emocional.

Timothy A. Pynchyl, especialista no tema, e líder da pesquisa acima, sugere que a procrastinação é um problema de autocontrole e não de tempo. Quando nos deparamos com uma tarefa que nos causa ansiedade, insegurança ou tédio, tendemos a substituí-la por atividades mais prazerosas e imediatas, como redes sociais ou assistir a um vídeo. Essa troca nos dá um alívio momentâneo, mas não resolve a raiz do problema.

Cada pessoa tem seus próprios gatilhos que desencadeiam a procrastinação. Alguns dos mais comuns incluem:

- **Medo do fracasso:** quando duvidamos de nossa capacidade de realizar uma tarefa, evitamos iniciá-la para não enfrentar a possibilidade de falhar.
- **Perfeccionismo:** a crença de que tudo deve ser feito de maneira impecável pode levar à paralisação, pois o medo de não atingir um alto padrão impede o progresso.
- **Falta de motivação:** tarefas que parecem sem propósito ou pouco estimulantes são frequentemente adiadas.
- **Sobrecarga mental:** quando nos sentimos sobrecarregados, nosso cérebro pode reagir com paralisia, dificultando a priorização e a execução de tarefas.
- **Impulsividade:** pessoas impulsivas tendem a seguir estímulos imediatos e deixar de lado obrigações menos atrativas.

[...]

ARAGÃO, Alessandra. O que te faz procrastinar? *Estado de Minas*, 13 de fevereiro de 2025.

Disponível em: <https://www.em.com.br/colunistas/alessandra-aragao/2025/02/7057795-o-que-te-faz-procrastinar.html>. Acesso em: 19 fev. 2025. Adaptado para esta avaliação.

1. Qual é a função da linguagem que embasa a construção da estrutura topicalizada no texto?

- A) Apelativa.
- B) Referencial.
- C) Metalinguística.
- D) Poética.
- E) Fática.

2. Qual é a ideia veiculada pela oração grifada no parágrafo introdutório do texto?

- A) Comparação.
- B) Conformidade.
- C) Condição.
- D) Finalidade.
- E) Tempo.

3. Em qual dos contextos abaixo a palavra em destaque NÃO funciona como um substantivo?

- A) "**Procrastinar** é um fenômeno universal."
- B) "Os **pesquisadores** descobriram que as pessoas que procrastinam tendem a evitar tarefas que despertam sentimentos de ansiedade, medo ou frustração."
- C) "Essa **troca** nos dá um alívio momentâneo, mas não resolve a raiz do problema."
- D) "Ou seja, procrastinar é, muitas vezes, uma forma de **fuga** emocional."
- E) "[...] tarefas que parecem sem propósito ou pouco estimulantes são frequentemente **adiadas**."

4. No segundo parágrafo, todas as ocorrências da palavra QUE foram destacadas. Levando-se em consideração seus contextos sintático-semânticos, quantas dessas ocorrências podem ser classificadas como pronomes relativos?

- A) Nenhuma das ocorrências.
- B) Somente uma ocorrência.
- C) Duas ocorrências.
- D) Três ocorrências.
- E) Todas as ocorrências.

5. Segundo as informações do texto,

PROGRAMA DE ESTÁGIO
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO

- A) o tratamento das emoções negativas tem relação com o ato de procrastinar.
- B) as pessoas que procrastinam apresentam necessariamente cinco gatilhos emocionais.
- C) o medo de fracassar e a sobrecarga mental são os principais gatilhos dos procrastinadores.
- D) as pessoas tendem a procrastinar para evitar a perda de tempo e a falta de motivação.
- E) o adjetivo "preguiçoso(a)" é adequadamente atribuído aos procrastinadores.

AS QUESTÕES DE 06 A 10 SE REFEREM AO EXCERTO A SEGUIR.

O que te faz procrastinar? (PARTE II)

Identificar os gatilhos emocionais e comportamentais é um importante passo para sair da inércia

Alessandra Aragão|Comunicadora, trabalha com desenvolvimento humano, atuando em terapia sistêmica, mentoria positiva e coaching de vida e carreira|13/02/2025

[...]

Reconhecer quais desses gatilhos mais influenciam seu comportamento é um passo fundamental para mudar a relação com a procrastinação. Para isso, é necessário aprofundar-se na **AUTO-CONSCIÊNCIA**¹ e observar quais emoções surgem quando você adia algo. Sente medo? **FRUSTRAÇÃO**²? Insegurança? Muitas vezes, o verdadeiro motivo por trás da procrastinação não está na tarefa em si, mas na carga emocional que ela desperta.

Uma ferramenta útil nesse processo é a escrita reflexiva. Anotar os pensamentos e sentimentos associados à procrastinação pode trazer **CLARESA**³ sobre os bloqueios internos e facilitar a identificação de padrões. Além disso, questionar-se sobre a real motivação para realizar determinada atividade ajuda a entender se há um propósito claro por trás dela ou se a falta de conexão está contribuindo para o adiamento. Se uma tarefa não faz sentido para você, talvez seja necessário reavaliar sua importância e encontrar uma razão pessoal para executá-la.

Ao identificar seus gatilhos, algumas estratégias práticas podem ajudar:

- **Quebre as tarefas em partes menores:** grandes desafios podem parecer intimidantes. Dividir uma tarefa complexa em pequenas ações facilita o início e reduz a sensação de sobrecarga.
- **Estabeleça prazos realistas:** o uso da técnica Pomodoro (trabalhar por 25 minutos e descansar 5) pode ajudar a manter o foco sem exaustão.
- **Reduza distrações:** crie um ambiente propício à concentração, desativando notificações e limitando o acesso a redes sociais durante o trabalho.
- **Pratique a AUTOCOMPAIXÃO**⁴: em vez de se culpar pela procrastinação, reflita sobre os sentimentos que a causaram e reajuste sua abordagem sem **AUTOCRÍTICA**⁵ excessiva.

- **Conecte a tarefa ao seu propósito:** pergunte-se: "Por que essa tarefa é importante para mim?". Quando associamos uma ação a um objetivo maior, encontramos mais motivação para realizá-la.
- **Use recompensas estratégicas:** prometer-se pequenas recompensas após completar uma etapa pode aumentar a motivação e o engajamento.

Mais do que um problema de produtividade, a procrastinação pode comprometer a realização de sonhos e projetos importantes. Pense no tempo que você já perdeu adiando tarefas que poderiam ter transformado sua vida.

Como disse Sêneca, "enquanto perdemos nosso tempo hesitando e adiando, a vida passa.". Não deixe que a procrastinação controle seu tempo. Compreenda seus gatilhos, adote estratégias práticas e assuma o comando do seu próprio destino.

ARAGÃO, Alessandra. O que te faz procrastinar? *Estado de Minas*, 13 de fevereiro de 2025.

Disponível em: <https://www.em.com.br/columnistas/alessandra-aragao/2025/02/7057795-o-que-te-faz-procrastinar.html>.

Acesso em: 19 fev. 2025. Adaptado para esta avaliação.

6. Dentre os verbos conjugados na estrutura de tópicos do texto, quais são regulares?

- A) Todos os verbos.
- B) Somente os verbos "pratique" e "conecte".
- C) Somente os verbos "reduza", "quebre" e "use".
- D) Somente o verbo "estabeleça".
- E) Nenhum dos verbos.

7. O sentido veiculado pela oração "Se uma tarefa não faz sentido para você" é o de

- A) comparação / analogia.
- B) consequência / resultado.
- C) condição / hipótese.
- D) conformidade / concordância.
- E) causa / explicação.

8. As aspas duplas foram utilizadas em toda a extensão desse texto no intuito de

- A) sinalizar discursos indiretos.
- B) destacar títulos de obras culturais.
- C) destacar expressões de uso conotativo.
- D) sinalizar discursos diretos.
- E) realçar expressões a serem conceituadas no texto.

9. De acordo com o texto, são atitudes que podem ajudar as pessoas a mudarem sua relação com a procrastinação, EXCETO:

- A) mitigar distratores.
- B) imbricar metas às tarefas.
- C) ter compaixão dos que dependem das tarefas.
- D) valer-se de gratificações estratégicas.
- E) estipular prazos factíveis.

10. Dentre os vocábulos destacados em letras maiúsculas no texto, quais estão corretamente grafados, segundo a ortografia oficial da língua portuguesa?

- A) Nenhum dos vocábulos.
- B) O segundo, o quarto e o quinto vocábulos.
- C) Somente o primeiro vocábulo.
- D) O primeiro e o terceiro vocábulos.
- E) Todos os vocábulos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. A parte geral do Código Penal trata dos princípios que regem a aplicação da lei penal. Considerando esses princípios, identifique a alternativa adequada:

- A) A territorialidade absoluta impede qualquer flexibilização quanto à aplicação da lei penal brasileira, mesmo em casos de extraterritorialidade.
- B) A lei penal mais benéfica retroage para alcançar fatos anteriores, enquanto a mais gravosa produz efeitos apenas para o futuro.
- C) A responsabilidade penal de pessoa jurídica se estende a todos os crimes, equiparando-a integralmente à pessoa natural.
- D) A aplicação da lei penal no espaço depende unicamente de tratados internacionais, dispensando normas internas.
- E) O princípio da individualização da pena é incompatível com sanções alternativas no ordenamento brasileiro.

12. Uma pessoa foi denunciada por furto de baixo valor, mas apresentou documentos que demonstram reparação do dano antes do recebimento da denúncia. A defesa sustenta a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ou de perdão judicial. Diante da legislação penal, identifique o entendimento mais coerente:

- A) A reparação do dano anterior à denúncia conduz automaticamente à extinção de punibilidade, pois o crime deixa de existir.
- B) A circunstância de ter havido ressarcimento integral possibilita avaliar a atipicidade material, desde que presentes os requisitos da insignificância.
- C) O princípio da insignificância jamais incide em crimes contra o patrimônio, ainda que o valor seja irrisório.
- D) O perdão judicial é aplicável a qualquer delito, dispensando análise do juízo sobre a repercussão social do fato.
- E) A extinção de punibilidade pelo ressarcimento depende de lei específica e se aplica apenas aos crimes contra a Administração Pública.

13. A Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) prevê tipos penais e medidas de repressão e prevenção. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O usuário de drogas pode ser submetido a medidas educativas, como advertência e prestação de serviços à comunidade.
- B) O tráfico privilegiado, previsto em lei, permite a redução da pena se o agente é primário, de bons antecedentes e não integra organização criminosa.
- C) A simples posse de entorpecente para consumo pessoal configura crime, passível de pena privativa de liberdade.
- D) A lei estimula a atuação integrada de políticas de saúde e assistência social para a reinserção de dependentes.
- E) O financiamento ao tráfico de drogas é punido de forma mais gravosa, dada a sua relevância para a manutenção do crime organizado.

14. O inquérito policial é procedimento administrativo destinado à apuração de indícios de autoria e materialidade. Sobre seus princípios, identifique a alternativa coerente:

- A) O inquérito é público e depende exclusivamente da iniciativa da vítima, que conduz a investigação.
- B) A autoridade policial detém discricionariedade, mas a legalidade limita eventuais arbitrariedades.
- C) O membro do Ministério Público não tem acesso aos autos do inquérito, pois prevalece a autonomia policial.
- D) O contraditório pleno se impõe desde o início, equiparando a fase investigatória à fase processual.
- E) O resultado do inquérito vincula o juiz, impedindo absolvição por falta de provas na fase judicial.

15. Durante investigação criminal sobre organização criminosa, o delegado determinou a interceptação telefônica de suspeitos sem autorização judicial, alegando urgência na colheita de provas. Posteriormente, o Ministério Público

PROGRAMA DE ESTÁGIO
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO

questionou a licitude dessas provas. Considerando a legislação processual penal, indique a solução cabível:

- A) A urgência legítima a interceptação telefônica sem ordem judicial, pois a persecução penal prevalece sobre formalidades.
- B) As provas obtidas por interceptação sem autorização judicial são inválidas, comprometendo o processo.
- C) As provas permanecem lícitas se forem confirmadas em juízo, independentemente da forma como foram obtidas.
- D) A falta de prévia decisão judicial é suprida pelo aval do Ministério Público, que valida o procedimento.
- E) A prova ilícita pode ser usada como elemento principal de condenação, desde que se reconheça a conduta grave dos investigados.

16. As prisões e medidas cautelares pessoais visam resguardar a instrução criminal e a ordem pública ou econômica. Identifique a alternativa em conformidade com os princípios processuais penais:

- A) A prisão temporária pode ser decretada pelo delegado, quando entender necessária à elucidação do crime.
- B) A monitoração eletrônica é um mecanismo de natureza civil, inaplicável em processo penal.
- C) A fiança pode ser concedida pela autoridade policial ou judicial, dependendo do tipo penal e das circunstâncias.
- D) A prisão preventiva obrigatória se impõe em qualquer crime doloso, sem exame de requisitos específicos.
- E) A medida cautelar de proibição de manter contato com a vítima prescinde de fundamentação.

17. Acerca dos recursos em processo penal, analise as proposições:

- I - A apelação é cabível contra sentenças condenatórias ou absolutórias, observando requisitos de tempestividade e motivação.
- II - O recurso em sentido estrito atinge decisões interlocutórias listadas taxativamente em lei, como a rejeição da denúncia.
- III - Os embargos de declaração visam sanar omissão, contradição ou obscuridade, sem modificar o mérito.
- IV - O recurso extraordinário em matéria penal é julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, examinando ofensa a norma infraconstitucional.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.

- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

18. A execução penal objetiva efetivar a sanção imposta ao condenado, respeitando princípios de dignidade e reinserção social. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O condenado por crime hediondo pode progredir de regime ao preencher requisitos legais, inclusive o cumprimento de fração mínima da pena.
- B) O livramento condicional depende da avaliação de bom comportamento carcerário e da verificação de requisitos subjetivos e objetivos.
- C) O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária propõe diretrizes para a execução penal, com vistas à melhoria do sistema prisional.
- D) A Lei de Execução Penal estabelece critérios para a remição de pena, entre eles a realização de trabalho e estudo.
- E) A falta grave praticada pelo apenado extingue integralmente o tempo já remido, impossibilitando nova contagem.

19. A personalidade jurídica é adquirida pelo nascimento com vida, sendo garantias de proteção ao nascituro estabelecidas no ordenamento. Assinale a alternativa coerente sobre personalidade e capacidade:

- A) O nascituro não detém qualquer proteção legal.
- B) A capacidade absoluta surge antes do nascimento, quando houver interesse patrimonial.
- C) O ordenamento atribui ao nascituro capacidade plena, permitindo-o contrair obrigações civis.
- D) O emancipado passa a exercer direitos políticos, independentemente da idade.
- E) A capacidade de direito é conferida a todas as pessoas, enquanto a de exercício varia conforme a condição pessoal.

20. Nos contratos, a boa-fé objetiva impõe deveres anexos de conduta. Identifique a alternativa adequada sobre esse princípio:

- A) A cláusula de boa-fé anula por completo a autonomia privada, impedindo qualquer convenção livre das partes.
- B) A violação positiva do contrato ocorre quando o inadimplente cumpre a obrigação principal, mas infringe deveres secundários de lealdade.
- C) A boa-fé subjetiva prevalece sobre a objetiva sempre que haja dúvida interpretativa.

D) O princípio da boa-fé restringe-se a relações de consumo, pois decorre exclusivamente do Código de Defesa do Consumidor.

E) A inobservância da boa-fé pode ser compensada pela outra parte por meio de sanção penal, sem repercussão cível.

21. A responsabilidade civil envolve pressupostos básicos de conduta, dano e nexa causal. Analise as afirmativas:

I - A responsabilidade civil subjetiva exige culpa ou dolo do agente, configurados pela conduta contrária ao dever de cuidado.

II - Há responsabilidade objetiva quando a lei ou a própria atividade desenvolvida gera risco, prescindindo de verificação de culpa.

III - O dever de indenizar inclui, em regra, reparação material e compensação por lesão extrapatrimonial.

IV - A culpa exclusiva da vítima pode ser afastada se houver descaso do agente em mitigar os danos.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e III, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I, II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

22. O direito de família disciplina relações pessoais e patrimoniais decorrentes do vínculo familiar. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A adoção busca atender ao melhor interesse do adotando, observando exigências legais.

B) O regime de participação final nos aquestos possibilita a cada cônjuge manter administração individual de seus bens, partilhando o acréscimo ao final.

C) Na união estável, há equiparação de direitos entre companheiros e cônjuges, com exceções previstas em lei.

D) O vínculo de parentesco se restringe ao sanguíneo, descartando afinidade ou adoção.

E) A separação judicial pode ser convertida em divórcio, observados os prazos e requisitos legais.

23. Em um inventário, foi verificada disposição testamentária que instituiu usufruto vitalício em favor do cônjuge sobrevivente sobre imóvel residencial que compõe a herança. Os descendentes, na qualidade de herdeiros, requerem a imediata partilha do bem sem qualquer encargo. Diante desse cenário, assinale a posição CORRETA:

A) O usufruto vitalício não pode coexistir com a propriedade dos herdeiros, sendo necessário extingui-lo para que a partilha ocorra.

B) O testador pode instituir usufruto em favor do cônjuge, respeitando a legítima dos herdeiros, pois se trata de direito real sobre coisa alheia.

C) O usufruto legal do cônjuge se sobrepõe a qualquer disposição testamentária, anulando o testamento.

D) A instituição de usufruto somente é válida em regime de comunhão parcial de bens.

E) O cônjuge sobrevivente não tem proteção sucessória alguma, pois os descendentes são herdeiros exclusivos do imóvel.

24. Em matéria de posse, propriedade e direitos reais sobre coisas alheias, identifique a alternativa compatível com o ordenamento brasileiro:

A) A função social da propriedade afasta qualquer prerrogativa do proprietário quanto à disposição do bem.

B) O proprietário não responde por prejuízos causados pela coisa a terceiros, mesmo havendo culpa na conservação.

C) As servidões urbanas dispensam a existência de prédios distintos, pois recaem sobre o mesmo imóvel.

D) A acessão é forma de aquisição da propriedade decorrente do acréscimo natural ou artificial ao bem principal.

E) O possuidor de má-fé tem direito à indenização de todas as benfeitorias, ainda que volutuárias.

25. Os princípios do processo civil asseguram tratamento isonômico às partes e poderes instrutórios ao juiz. Identifique a opção coerente sobre esses princípios:

A) A cooperação processual se limita às partes, sem envolver o magistrado.

B) A publicidade é regra geral, podendo sofrer restrições para proteção de interesse social ou da intimidade.

C) A boa-fé processual autoriza a parte a ocultar provas que prejudicariam sua estratégia.

D) O juiz exerce papel passivo na produção probatória, devendo aceitar apenas o que as partes apresentarem.

E) A oralidade dispensa a fundamentação das decisões, privilegiando a celeridade.

26. Uma ação foi ajuizada buscando indenização por danos contratuais. O réu, citado, não apresentou contestação no prazo legal. O juiz verificou que existem pontos que exigem prova técnica complexa, mas a inércia do réu gera discussão sobre eventual revelia. Diante desse panorama, identifique a solução processual adequada:

A) O juiz pode decretar a revelia e julgar imediatamente procedentes todos os pedidos, ainda que haja necessidade de perícia.

B) A revelia dispensa a produção de qualquer prova, pois se presumem verdadeiros os fatos alegados na petição inicial.

C) A contestação pode ser apresentada a qualquer tempo, independentemente de prazo, pois a ampla defesa é ilimitada.

D) O magistrado está autorizado a determinar produção de provas, pois a revelia não implica automaticamente certeza absoluta dos fatos.

E) Se o réu permanece inerte, a petição inicial deve ser indeferida por falta de contraditório.

27. A tutela provisória no processo civil pode ser de urgência ou de evidência, destinando-se a assegurar efetividade ao direito antes do julgamento definitivo. Assinale a afirmativa compatível com esse instituto:

A) A tutela de urgência é concedida sem qualquer requisito, bastando alegação do autor.

B) A tutela de evidência requer demonstração de perigo de dano, mesmo que ausente prova inequívoca.

C) Ambas as modalidades são necessariamente sujeitas a caução, independentemente da situação concreta.

D) A tutela provisória não pode ser modificada ou revogada, pois gera coisa julgada material.

E) A estabilização da tutela antecipada antecedente ocorre se a parte contrária não recorrer, mantendo os efeitos da decisão.

28. Sobre a execução de sentença no processo civil, analise as afirmativas:

I - O executado pode oferecer impugnação fundamentada, observando prazos e requisitos específicos.

II - A penhora eletrônica de ativos financeiros é admitida, desde que autorizada pelo juiz e efetuada por meio de sistemas oficiais.

III - A satisfação do crédito alimentar pode ter prioridade, permitindo medidas mais rigorosas para efetivação da tutela executiva.

Está(ão) CORRETA(s) a(s) afirmativa(s):

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) I e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

29. Considere os procedimentos de produção de prova pericial em processo civil e assinale a alternativa INCORRETA:

A) As partes podem formular quesitos ao perito e indicar assistentes técnicos.

B) O laudo deve ser apresentado em prazo fixado pelo juiz, podendo ser prorrogado mediante justificativa plausível.

C) O perito pode esclarecer pontos controvertidos em audiência, quando solicitado pelo magistrado.

D) A segunda perícia pode ser deferida em situações excepcionais, caso persista dúvida relevante sobre a matéria.

E) A ausência de pagamento de honorários periciais pelo autor gera, de imediato, a improcedência do pedido.

30. A repartição de competências entre a União, os Estados e os Municípios visa harmonizar a Federação e evitar conflitos legislativos. Analise as afirmativas a seguir:

I - A competência privativa da União pode ser delegada aos Estados por meio de lei complementar, mantendo o equilíbrio federativo.

II - Os Estados detêm competência remanescente, atuando em matérias não previstas na Constituição Federal como de responsabilidade da União ou dos Municípios.

III - Em matéria de direito penal, é possível atribuição estadual ampla para definir tipos criminosos, desde que em consonância com o Código Penal.

IV - Os Municípios atuam em temas de interesse local e podem suplementar a legislação federal e estadual no que for necessário ao peculiar interesse municipal.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I, II e IV, apenas.

B) I e II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

31. O texto constitucional estabelece limites materiais à atuação do poder reformador, protegendo instituições e princípios estruturantes do Estado. Identifique a alternativa adequada sobre o poder constituinte derivado reformador:

A) Recebe limites temporais e materiais, impedindo a supressão de cláusulas pétreas, sob pena de desfigurar a identidade da Constituição.

B) Pode abolir direitos e garantias fundamentais mediante proposta de emenda aprovada por maioria simples das Casas Legislativas.

PROGRAMA DE ESTÁGIO
DIREITO – PÓS-GRADUAÇÃO

- C) Possui caráter originário, não se submetendo a qualquer parâmetro fixado pelo texto constitucional.
- D) Abarca inclusive o poder de desconfigurar a forma federativa de Estado, se aprovada por referendo popular.
- E) Não sofre nenhuma restrição, pois representa a vontade popular expressa no Parlamento.

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

32. Um ente federado, objetivando equilibrar contas públicas, decretou norma que reduz a remuneração de servidores em atividade típica de Estado. As entidades representativas questionam essa iniciativa perante o Supremo Tribunal Federal. O ponto central é a preservação de direitos e garantias individuais e coletivos previstos no texto constitucional. Identifique a alternativa que reflete a solução mais coerente com o sistema constitucional:

- A) O ente federado pode reduzir livremente o subsídio de servidores como medida de contenção de despesas, pois a gestão financeira tem precedência.
- B) A irredutibilidade de vencimentos não possui caráter absoluto, podendo ser afastada por lei ordinária diante de grave crise.
- C) A Constituição assegura proteção ao servidor em cargo efetivo contra decréscimo remuneratório, salvo cortes previstos em lei complementar federal.
- D) A garantia de irredutibilidade de vencimentos para carreiras típicas de Estado integra o rol de direitos fundamentais do servidor público.
- E) O Supremo Tribunal Federal não se manifesta sobre matéria remuneratória, pois se trata de assunto administrativo interno.

34. Analise as alternativas a respeito do controle de constitucionalidade e assinale a INCORRETA:

- A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) possibilita questionar leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais, quando haja relevante controvérsia constitucional.
- B) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão busca suprir a ausência de medida legislativa ou administrativa exigida pelo texto constitucional.
- C) A ação declaratória de constitucionalidade tem efeitos vinculantes após julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) Em qualquer hipótese, todos os legitimados da Constituição podem ajuizar ação direta, dispensada a pertinência temática.
- E) O Senado Federal pode suspender a execução de lei declarada inconstitucional em controle difuso, tornando-a inaplicável no território nacional.

33. A estrutura do Poder Judiciário, conforme a Constituição, compreende órgãos com competências específicas para exercer a jurisdição em todo o território nacional. Analise as afirmativas a seguir:

- I - O Supremo Tribunal Federal exerce, entre outras funções, a guarda da Constituição, incluindo o controle abstrato de normas.
- II - Os Tribunais e Juízes dos Estados apenas atuam em causas que envolvem matéria criminal, ficando as questões cíveis a cargo da Justiça Federal.
- III - O Superior Tribunal de Justiça uniformiza a interpretação de lei federal, decidindo inclusive casos em que se discute norma constitucional.
- IV - A criação de Tribunais Regionais Federais e de Tribunais Regionais do Trabalho segue critérios estabelecidos pela Constituição e por lei complementar.

35. O regime jurídico-administrativo é caracterizado por prerrogativas e restrições impostas à Administração. Identifique a alternativa que descreve adequadamente um atributo do ato administrativo:

- A) A imperatividade se manifesta em todos os contratos administrativos, dispensando qualquer formalidade.
- B) A presunção de legitimidade afasta a possibilidade de controle judicial, pois o Judiciário não reexamina atos da Administração.
- C) A autoexecutoriedade permite à Administração executar diretamente suas decisões, desde que a lei autorize.
- D) A tipicidade dispensa a conformidade do ato com a lei, prevalecendo o interesse público presumido.
- E) A precariedade torna o ato administrativo irretratável, mesmo diante de modificação legislativa.

Estão CORRETAS as afirmativas:

36. O processo licitatório busca garantir igualdade de condições aos concorrentes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Analise as afirmativas a seguir:

- I - As modalidades de licitação, na Lei nº 14.133/2021, incluem concorrência, concurso, leilão e pregão, entre outras, cada qual com procedimentos específicos.

II - O planejamento é etapa essencial, pois permite dimensionar os recursos financeiros e definir com clareza o objeto da contratação.

III - A inexigibilidade de licitação ocorre quando existe plena competição no mercado, mas a Administração opta pela contratação direta.

IV - O exame da proposta deve observar critérios objetivos previstos no edital, vedada qualquer inclusão posterior de requisitos.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

37. Um servidor público, atuando como pregoeiro, concedeu vantagem indevida a um licitante que apresentou documentos irregulares. A conduta foi apurada e constatou-se dolo na facilitação do resultado. As regras vigentes sobre improbidade administrativa foram invocadas. De acordo com a legislação, identifique a posição mais consistente:

- A) A conduta dolosa voltada a beneficiar terceiro se enquadra como ato de improbidade, sujeitando o agente a sanções adequadas.
- B) É inviável configurar improbidade administrativa, pois apenas irregularidades formais foram verificadas.
- C) O servidor público responde unicamente na esfera penal, pois não há reflexos na seara administrativa.
- D) A lesividade efetiva ao erário é irrelevante, pois qualquer comportamento de agente público está acobertado por presunção de legalidade.
- E) O Superior Tribunal de Justiça possui competência originária para processar diretamente o servidor por improbidade.

38. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) introduziu importantes inovações no regime contratual. Identifique a alternativa que expressa adequadamente uma dessas mudanças:

- A) Criou a possibilidade de contratação sem divulgação de edital, quando a Administração avaliar a urgência como suficiente.
- B) Aboliu definitivamente o conceito de competição, permitindo ajuste direto com qualquer interessado.

C) Regulamentou a obrigatoriedade de plano de integridade (compliance) em determinados contratos, elevando as exigências de governança.

D) Passou a proibir a indicação de matriz de alocação de riscos nos contratos administrativos.

E) Dispôs que o prazo de vigência contratual nunca poderá superar 12 meses, independentemente de prorrogação.

39. Considerando os poderes administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O poder de polícia autoriza a Administração a restringir atividades privadas em benefício da coletividade, desde que haja base legal.
- B) O poder disciplinar alcança tanto servidores públicos quanto particulares sujeitos a vínculo jurídico específico com a Administração.
- C) O poder hierárquico permite que superiores estabeleçam ordens e fiscalizem a atuação de subordinados, inclusive a revisão de atos.
- D) O poder regulamentar possibilita a edição de decretos autônomos para dispor sobre matéria reservada a lei ordinária.
- E) O poder vinculado obriga a Administração a praticar atos conforme requisitos definidos em lei, sem margem de escolha.

40. Um adolescente, ao praticar ato infracional análogo a roubo, foi apreendido e encaminhado à autoridade competente. Constatou-se a ausência de exame técnico-profissional adequado na unidade socioeducativa antes de se determinar a internação. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), indique a melhor compreensão:

- A) A internação provisória pode ser determinada sem fundamento legal, pois a medida socioeducativa é vinculada ao ato infracional.
- B) A avaliação especializada do adolescente é fator irrelevante, pois o juiz define a medida com base apenas na gravidade do fato.
- C) O ECA impõe avaliação criteriosa e individualizada para aplicação de internação, respeitando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- D) A internação é obrigatória sempre que houver ato infracional envolvendo violência ou grave ameaça, independente de análise técnica.
- E) A imposição de medida socioeducativa ocorre unicamente após o trânsito em julgado da sentença judicial no juízo criminal comum.